

Lutas sociais e nacionalizações na Revolução Portuguesa (1974-75): «a banca ao serviço do povo»

Quando o Conselho da Revolução decretou, a 14 de Março de 1975, a nacionalização do sector bancário, fê-lo numa situação bastante particular: os trabalhadores da banca controlavam as instalações das respectivas instituições - tendo em seu poder as chaves dos cofres e procedendo à detenção dos respectivos administradores - e as direcções dos Sindicatos bancários recusavam reabri-las enquanto não fossem tomadas medidas contra o «capital monopolista». Com a nacionalização da banca e dos seguros, o epicentro da luta social e política deixou de passar pelo alcance da intervenção do Estado na economia ou pela relação entre o poder político e os grandes grupos económicos, passando a oscilar em torno do modelo socialista a adoptar - ou criar - e das transformações que lhe deveriam dar forma.

Tratou-se do ponto alto de um processo mais amplo, assinalado pela elevada conflituosidade social e pela radicalização das lutas no interior das empresas do país, no contexto de uma crise económica mundial e de uma crise de Estado resultante do derrube do regime fascista. O objectivo desta comunicação é salientar e interpretar alguns dos aspectos mais determinantes desse processo, encarando as transformações ao nível do Estado e da economia tendo como ponto de referência central a dinâmica do conflito social e o esgotamento do regime de acumulação que caracterizou a industrialização do pós-guerra.